

01 OUT 1992
ESTADO DE SÃO PAULO

Não esquecer o programa

Economia - Brasil

Esclarece a Igreja Católica que, ao cano- nizar um membro do seu rebanho, está considerando mais as virtudes atribuídas ao novo santo do que a própria pessoa deste. Tal diferenciação deve ser lembrada entre nós, no momento em que 35 milhões de eleitores se sentem profundamente frustra- dos por alguém que, ao que entendem, os traiu. Na verdade, não se trata de uma pessoa que apoiaram um dia, levando-a à chefia da Nação, mas de um programa que em boa parte foi implementado. Ao seu eventual sucessor no Palácio do Planalto convirá levar em conta este aspecto essen- cial: a partir de 15 de março de 1990, o Brasil, especialmente no plano econômico, tomou novos rumos, progrediu na senda da modernidade, mas parou, temporariamente, no meio de uma caminhada que não podia ser interrompida.

Seria injusto não reconhecer que o gover- no Collor modificou as mentalidades no País e contribuiu altamente para que este se aproximasse do estado de espírito predomi- nante nas nações do Primeiro Mundo. Abs- traída a figura do autor do discurso de

posse, impõe-se admitir que o que nele se continha continua a representar um progra- ma plenamente válido.

Começamos a deixar um protecionismo que apenas vinha contribuindo para enri- quecer alguns em detrimento da grande maioria, um sistema de reservas de mercado que colocava a realização de investimentos, mola do crescimento, em segundo plano. Incluiu-se, finalmente, em nossos termos a palavra produtividade, reconhecendo-se que é a partir dos seus ganhos que se poderá chegar a uma melhoria do padrão de vida da população, ainda que não se tenha chegado à suficiente consciência de que tal processo exige uma revolução no setor educacional. Modernidade tornou-se a palavra-chave que permanece no entanto mais nos discurs- os do que nos atos, constituindo um pro- cesso que convém aprofundar e dinamizar.

Conseguimos reintegrar-nos à comunida- de financeira internacional, ao respeitar regras e compromissos levando em conta a experiência de países vizinhos, que, por se terem adiantado a nós nesse caminho, mos- traram que a reintegração representava óti-

mo negócio para o país devedor, o qual, deste modo, poderia voltar a desfrutar da poupança externa para sustentar seu cresci- mento. Tardamos em deixar uma posição de confronto: não se pode admitir um recuo no momento em que, na prática, conseguimos fechar todos os acordos necessários com a comunidade financeira internacional.

Finalmente soubemos, com lentidão mas com firmeza, adotar uma política antiestatiz- ante, iniciando um processo de privatiza- ção que não só está contribuindo para reduzir a dívida do Estado (cujos títulos abusivamente foram chamados de moeda podre) como também para ampliar os investimentos e consolidar a democratiza- ção do capital.

Todos esses esforços devem ser completa- dos, levando-se sempre em conta a desco- berta que demoramos a fazer de que trata- mentos de choque e artificialismos nada resolvem. Sabemos que para concluir essa recuperação da economia brasileira falta uma reforma fiscal. Esta, aprovada por um Congresso que energicamente repudiou a corrupção, dará ao País novas perspectivas.